

## Artigo

# Autonomia e desenvolvimento: A ideia de “desenvolvimento” dos Munduruku do Planalto (Santarém/PA) em contraposição ao avanço do agronegócio

Lucas Filipe Echer Araujo

191

### Resumo

A Terra Indígena (TI) Munduruku Planalto localiza-se a 42 km da área urbana do município de Santarém – Pará, na região conhecida como “planalto santareno”. Lá, o processo de expansão/invasão do agronegócio com a monocultura de grãos (milho e soja) tem ocasionado diversos conflitos geoepistêmicos. Este trabalho tem como foco entender o processo de autodemarcação da TI Munduruku Planalto e trazer o debate sobre o que é o “desenvolvimento” para os moradores da aldeia Açaizal (a mais próxima da rodovia Curuá-Una, principal acesso ao território) e a contradição do discurso desenvolvimentista do agronegócio em Santarém. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa com a realização de dois trabalhos de campo: o primeiro em dezembro de 2019 nas aldeias Ipaupixuna e Açaizal; o segundo em fevereiro de 2020 na aldeia Açaizal. Os dados foram obtidos através de registros fotográficos e aplicação de entrevistas abertas e semiestruturadas com os caciques e lideranças das aldeias mencionadas. Para o diálogo da pesquisa, utilizamos autores da Geografia e de outras áreas do conhecimento. Com a expansão/invasão do agronegócio no município de Santarém, os povos originários/tradicionais ficam vulneráveis dada a invisibilidade e negligência do Estado. A pesquisa nos revela a autodemarcação da TI Munduruku Planalto como manifestação de r-existência e ganhos de autonomia, a influência das organizações indígenas para lutar na esfera política e, principalmente, o entendimento que desenvolvimento também é viver dentro do território. Estudos como este revelam o preocupante desmonte dos direitos e o desrespeito à vida dos povos tradicionais/originários da Amazônia; já as r-existências desses povos nos permitem enxergar através do olhar geográfico as diferentes visões de mundo que disputam o mesmo espaço.

**Palavras-chave:** Munduruku; Autodemarcação; Agronegócio; Autonomia; R-existência; Desenvolvimento.

## **Autonomy and development: The notion of “development” of the Plateau Munduruku (Santarém/PA) in contrast to the advance of agribusiness**

### **Abstract**

The Indigenous Land (IL) of the Plateau Munduruku (*Munduruku do Planalto*) territory is located 42 km (about 26.1 mi) from the city area of Santarém (state of Pará, Brazil), in the region identified as the “Santareno Plateau”. In that region, the agribusiness expansion/invasion process, alongside the monoculture of grains (corn and soy), has generated considerable geo-epistemic conflicts. This paper aims to understand the process of self-demarcation of the Munduruku Plateau (IL) and provide the debate which way the concept of “development” is experienced by the society of the Açaizal village (the closest IL to the Curuá-Una highway, the main access to that territory). Furthermore, presents into debate on the contradiction of the agribusiness developmental discourse in Santarém. This research privileges a qualitative approach, which executed two fieldworks: the first occurred in December 2019, inside the villages of Ipaupixuna and Açaizal; the second materialized in February 2020, in Açaizal village. The data were obtained through photographic records in addition to open and semi-structured interviews with the Chiefs and Leaders of the mentioned areas. To develop an appropriate discussion in this investigation, authors from geography as well as other areas of knowledge were chosen. As a result of the expansion/invasion of agribusiness in Santarém, the original/traditional peoples are vulnerable due to invisibility and neglect of the State. This analysis reveals the self-demarcation of Munduruku’s IL Plateau as a manifestation of existence/resistance, as well as the achievements of autonomy, and the influence of Indigenous organizations to struggle in the political sphere, moreover, the understanding that development also means living within IL. Studies like this disclose the worrying reduction of rights and the disrespect for the lives of the original/traditional peoples of the Amazon; the existence/resistance of these peoples, on the other hand, allows us to realize through the geographical gaze the different perspectives that clash for the same space.

**Keywords:** Munduruku; Self-demarcation; Agribusiness; Autonomy; R-existence; Development.

## **Autonomía y desarrollo: la idea de “desarrollo” de los “Munduruku do Planalto” (Santarém/PA) frente al avance de la agroindustria**

### **Resumen**

El territorio de la Tierra Indígena (TI) Meseta Munduruku está ubicado a 42 km del área de la ciudad de Santarém (Pará), en la región identificada como «meseta de Santarém». En esa región, el proceso de expansión/invasión del agronegocio, en compañía del monocultivo de granos (maíz y soja), ha generado

considerables conflictos geoepistémicos. Este artículo tiene como objetivo comprender el proceso de autodemarcación de la Meseta Munduruku (TI), así como proporcionar el debate acerca de la manera como el concepto de «desarrollo» es vivido por la sociedad de la aldea Açaizal (la TI más cercana a la carretera Curuá-Una, el principal acceso a ese territorio) y, además, pone en debate la contradicción del discurso desarrollista del agronegocio en Santarém. Esta investigación privilegia un enfoque cualitativo, en el que se ejecutaron dos trabajos de campo: el primero ocurrió en diciembre de 2019, en el interior de las aldeas de Ipaupixuna y Açaizal; el segundo se materializó en febrero de 2020, en la aldea de Açaizal. Los datos se obtuvieron por intermedio de los registros fotográficos y, por añadidura, de entrevistas abiertas y semiestructuradas a los jefes y líderes de las áreas mencionadas. Para desenvolver una discusión adecuada en esta investigación se escogieron autores de la Geografía y de otras áreas del conocimiento. Como resultado de la expansión/invasión del agronegocio en Santarém, los pueblos originarios/tradicionales son vulnerables debido a la invisibilidad y negligencia del Estado. Este análisis revela la autodemarcación de la (TI) Meseta de Mundurukú como una manifestación de existencia/resistencia, así como los logros de autonomía, la influencia de las organizaciones indígenas para luchar en la esfera política y, del mismo modo, en los entendimientos como el crecimiento también significa vivir dentro de la TI. Estudios como este revelan la preocupante reducción de los derechos y el irrespeto por la vida de los pueblos originarios/tradicionales de la Amazonía; la existencia/resistencia de estos pueblos, por otro lado, nos permite comprender la mirada geográfica de las diferentes perspectivas que compiten por el mismo espacio.

**Palabras clave:** Mundurukú; Autodemarcación; Agroindustria; Autonomía; R-existencia.

## Introdução

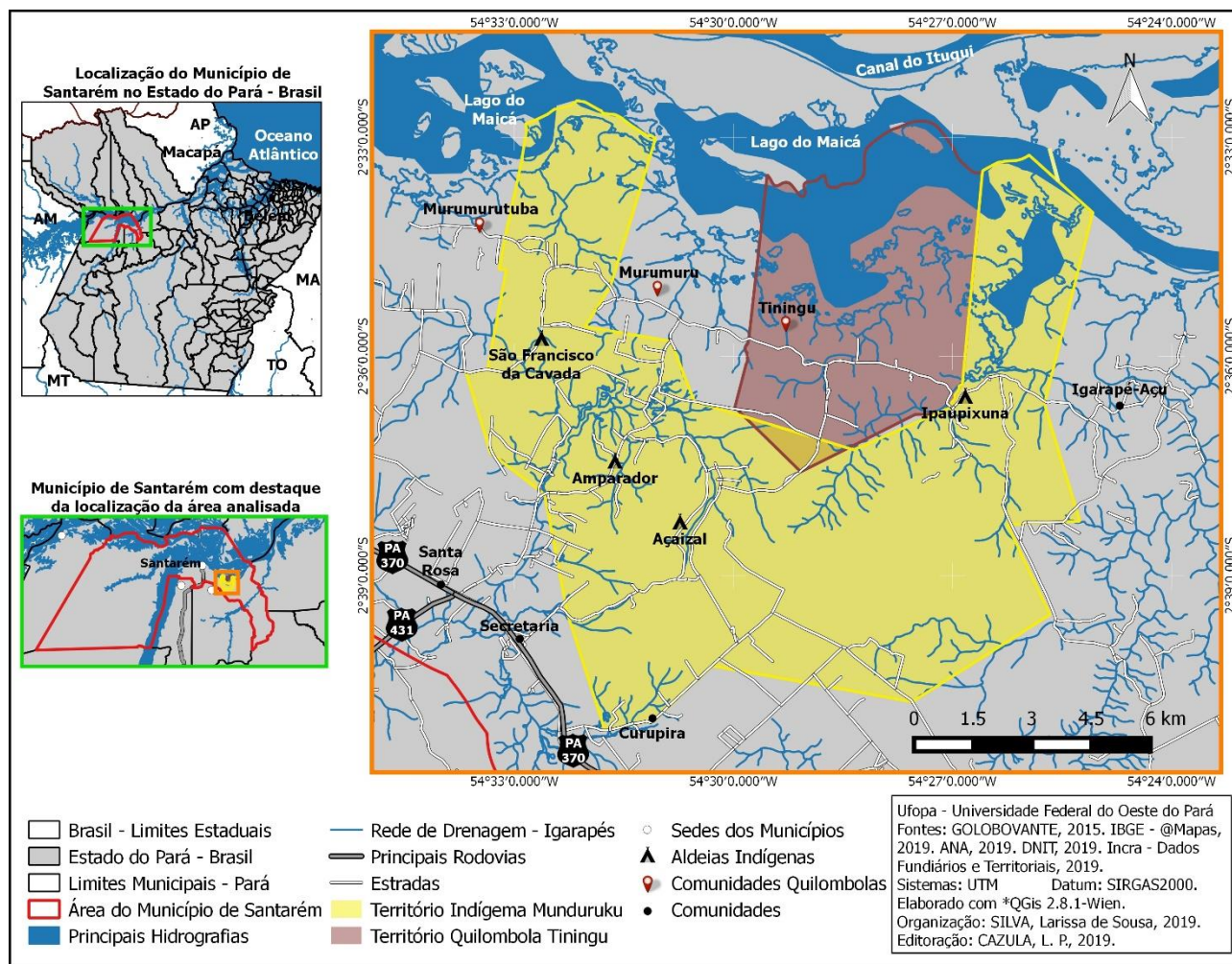
Este artigo aborda o entendimento de autonomia e “desenvolvimento” para o povo da Terra Indígena (TI) Munduruku Planalto, localizada no município de Santarém, no estado do Pará (**Mapa 1**). Nos últimos anos, estes vêm enfrentando a expansão/invasão do agronegócio na região, o que tem ocasionado conflitos geoepistêmicos (Zilio, 2021). As lutas camponesa, quilombola e indígena refletem essa r-existência ante aos processos desenvolvimentistas, enfatizando sua forma de enxergar o espaço e organizá-lo com a autodemarcação. Considerando que o discurso desenvolvimentista tem ganhado força na região de Santarém com a expansão/invasão do cultivo de grãos, sendo o principal a soja, o presente trabalho tem como foco trazer o debate sobre o que é o “desenvolvimento” através de um diálogo entre o nosso entendimento sobre esse conceito e, somado a isso, o entendimento dos moradores da TI.

Falaremos principalmente sobre a aldeia Açaizal. Essa aldeia com mais três (São Francisco da Cavada, Amparador e Ipaupixuna) formam a TI Munduruku Planalto, localizado no Planalto Santareno (Santarém-PA), no qual estão lutando pela demarcação oficial de suas terras. Segundo os documentos do Ministério Público Federal (MPF), o processo de luta pela demarcação formal iniciou-se em 2008; contudo, devido a pressões externas como o avanço da soja e grilagem sobre a área, entre 2009 e 2015 os indígenas empreenderam a autodemarcação da TI, ocasião em que foi elaborado um mapa do território com base nos conhecimentos ancestrais dos indígenas Munduruku.

Os impactos causados pela implementação do cultivo de grãos do agronegócio nessa área são diversos a exemplo do assoreamento dos igarapés. Além disso, o cultivo de graviola, mandioca, hortaliças, açaí, entre outros, deixaram de ter uma produtividade significativa devido ao intenso uso de agrotóxicos. Há também inúmeras ameaças por parte dos grandes fazendeiros (sojeiros) apreendidas em relatos de lideranças da TI. Esses, dentre outros motivos, levaram os indígenas das quatro aldeias a se organizarem e lutarem pelos seus direitos.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, iremos trabalhar nossa fundamentação teórica sobre o conceito de autonomia e onde o enxergamos nos diferentes espaços. Para elucidar o diálogo trouxemos o conceito de autonomia trabalhado por Cornelius Castoriadis (1982), explicado por Marcelo Lopes de Souza (2006). Abordaremos também a perspectiva descolonial para abordar as lutas por autonomia através dos autores Cruz (2017), Quijano (2005), Mignolo (2003) e Castro-Gómez (2005). E para refletir sobre o “desenvolvimento”, o caminho que adotamos foi a teoria do *Desenvolvimento Sócio-Espacial* proposta por Souza (2006) em diálogo com a visão de Castoriadis.

**Mapa 1** – Autodemarkação da Terra Indígena Munduruku Planalto e sua localização no município de Santarém e no estado do Pará.



Fonte: Silva, 2021.

Na segunda parte, caracterizaremos o recorte espacial com foco na aldeia Açaizal abordando sua origem, o modo de vida de seus habitantes, e como se deu o processo de autodemarkação da TI Munduruku Planalto. Também nos deteremos sobre os impactos causados pela expansão/invasão do cultivo de grãos na localidade, os principais desafios encontrados em meio a essa disputa por espaços de diferentes lógicas de produção, sobretudo, e a atual situação frente às etapas para a homologação de seu território junto à

Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Trabalharemos com o conceito de território para entender como são construídas essas relações, com base nas ideias de Haesbaert (2007).

Na terceira parte analisaremos a ideia de “desenvolvimento” para os Munduruku Planalto em contraposição ao discurso hegemônico de “desenvolvimento” trazido pelo agronegócio. Demonstraremos assim um contraste de duas visões sobre um mesmo conceito. Com base nesse referencial teórico traremos ao debate duas lógicas que expressem os conflitos *geoepistêmicos* que, de acordo com Zilio (2021), ocorrem quando “diferentes saberes e suas espacialidades disputam não somente um (tipo de) território, mas sim formas distintas de conhecer e viver o espaço geográfico”.

A metodologia segue uma abordagem qualitativa. Para obtenção dos dados primários realizamos duas entrevistas semiestruturadas em trabalhos de campo em dezembro de 2019 nas aldeias Ipaupixuna e Açaizal, e em fevereiro de 2020 em Açaizal. Foram coletadas fotografias e, após, transcrevemos as entrevistas. Todas as entrevistas foram feitas com as lideranças de Açaizal (o cacique e os auxiliares) – eles, juntamente com os moradores da aldeia, aprovaram a realização da nossa pesquisa e sempre trouxeram objetividade às nossas perguntas. Vale ressaltar a importância do trabalho de campo para a ampliação do entendimento do pesquisador sobre o caso:

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais [...] Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais, agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (Suertegaray, 2009, p. 66).

Os dados secundários foram obtidos por revisão bibliográfica contínua entre 2019 e 2022. Utilizamos artigos sobre as lutas dos povos originários na América Latina e documentos do Ministério Público Federal (MPF) que versam a respeito do caso em tela e recentes publicações da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

## 1. Autonomia: o que é e onde a enxergamos?

É necessário sermos coerentes ao conceituar a autonomia. Na América Latina temos vários exemplos de movimentos sociais tanto urbanos como agrários que lutam pela autonomia em seus territórios, como os movimentos de r-existência (Cruz, 2017) dos povos originários, dentre outros. São as mais diversas manifestações do exercício do poder autônomo contra as imposições do Estado (em geral), demonstrando assim avanços ao horizonte da liberdade.

197

Trabalharemos com a Amazônia brasileira que desde o seu processo de colonização com a chegada dos portugueses e, posteriormente, com outros povos europeus, nos perpetua até os dias de hoje em nosso imaginário (Castoriadis, 1982) um infrapoder (poder que molda o subjetivo) enraizado em nossa sociedade e que nos cega ao ponto da reprodução da mediocridade humana. Isso se expressa atualmente através de preconceitos, racismo e omissão aos massacres voltados aos povos originários, pelo fato que são verdadeiras heranças históricas deixadas pelo colonialismo (Mignolo, 2003; Quijano, 2005). É um processo de dominação política, econômica e do imaginário através da escravização e extermínio dos “índios”. Mesmo com o seu “fim”, ainda vivemos um período de colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza.

Em síntese, segundo Castro-Gómez (2005), a finalidade da colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza não é apenas submeter os povos originários através da força militar à escravidão ou extermínio, mas também transformar o imaginário ao

modelo eurocêntrico, com isso anulando seus saberes e ditando uma nova forma de enxergar o mundo. Um verdadeiro exercício de violência epistêmica (Castro-Gómez, 2005), onde não se mede esforços para o “apagamento” de suas significações imaginárias manifestadas no espaço geográfico.

Temos a consciência de que os povos indígenas possuem outras significações imaginárias construídas e reproduzidas por séculos. Os seus valores, crenças e sua relação com os humanos e não-humanos partem de costumes que são praticados antes mesmo do europeu se entender como europeu, e após o início do processo de colonização a luta pela liberdade de existir não tiveram fim. A r-existência é uma resposta ativa ao que Boaventura de Sousa Santos (1999) denominou de “epistemicídio”, ou seja, a aniquilação de outras formas de conhecer o mundo.

Iremos trabalhar na perspectiva dos povos originários, e nossa tarefa é entender o quão “autônomos” os Munduruku do Planalto Santareno (PA) conseguem ser no sentido de planejar e gerir seu território. Uma lupa que utilizamos para investigar o caso foi a obra do filósofo grego, economista e psiquiatra Cornelius Castoriadis, o qual nos trouxe um profundo entendimento sobre o que é a autonomia através do seu projeto de sociedade autônoma, inspirado no modelo de democracia que ocorreu em Atenas (século VI a.C.) e, para o exercício da reflexão, precisamos diferenciar alguns conceitos como autonomia individual, autonomia coletiva e o papel da democracia.

Autonomia, em sua etimologia vem do grego *autós/próprio* e *nómos/lei*, isto é, empregar a si suas leis. Contrapõe-se a isso a heteronomia, que seria um conceito de Kant, explanando a submissão do indivíduo a forças externas como o Estado. Entretanto, o que seria um indivíduo autônomo? Na concepção de Castoriadis, seria o sujeito capaz de viver livre e igual aos outros que compõem o coletivo, no sentido de possuir as mesmas oportunidades de participação na política e com ela construir as leis que irão lhe conduzir ao longo da vida, para que possam decidir os seus próprios caminhos, buscar sua felicidade através das suas reflexões e perseguir o sentido de sua própria existência.



A autonomia individual se refere, resumidamente, ao que se poderia chamar de a capacidade de indivíduos adultos para estabelecer, lucidamente, fins (sob a forma de objetivos, metas e projetos) para a sua própria existência e persegui-los de modo tão consequente quanto possível (Souza, 2017, p. 311).

Para Souza (2017), é insustentável a existência de indivíduos autônomos sem uma sociedade autônoma, ambos são “dois lados de uma mesma moeda” formados por um coletivo capaz de criar instituições sociais a fim de que haja uma liberdade efetiva, a autonomia. Em outras palavras, seria um coletivo formado por indivíduos autônomos que iriam decidir de maneira democrática (através de assembleias, por exemplo) sob quais leis seriam respaldadas e/ou quais mudanças (planejamento e gestão em diversos segmentos da sociedade) foram decididas pela maioria. Para sua efetivação, faz-se necessário a criação de instituições sociais que garantam a organização da vida no coletivo. A autonomia coletiva

199

remete diretamente à existência de instituições sociais que garantam, precisamente, a suprarreferida igualdade efetiva de oportunidades às pessoas para a satisfação de suas necessidades e, muito especialmente, para participação em processos decisórios concernentes à regulação da vida coletiva (Souza, 2017, p. 312).

A instituição parte de dois pontos, as *primárias e secundárias*, sendo a primeira remetendo à construção do subjetivo como as crenças, os valores, a linguagem, a relação com a natureza, entre outros. Essa primeira parte tem sido moldada desde a revolução cognitiva através da oratória sem propriamente um espaço concreto de reprodução. Nesse sentido, o espaço concreto é tido como uma maneira de perpetuar esse conjunto de saberes, a saber escolas, igrejas, o Estado, entre outros. Essas instituições produzidas pelas primárias é o que chamamos de instituições secundárias. A instituição nasce no imaginário coletivo e se materializa no espaço geográfico.

Podemos entender que a instituição é moldada pela sociedade continuamente, pois a sociedade enquanto instituída (construída com seus padrões éticos e morais) não

é inerte no tempo, ela é formadora de indivíduos instituintes que vão compor esse coletivo e reproduzir os seus modos de vida através da instituição secundária; também irão modificá-lo com o tempo através da construção de novos valores e outras perspectivas sobre o indivíduo e o coletivo.

A sociedade faz os indivíduos que fazem a sociedade. A sociedade é obra do imaginário instituinte. Os indivíduos são feitos, ao mesmo tempo que eles fazem e refazem, pela sociedade cada vez instituída: num sentido, eles são a sociedade (Castoriadis, 1992, p. 123).

O modelo de sociedade (brasileira) em que estamos inseridos se caracteriza por uma *heteronomia instituída* onde as relações partem dos “de cima para os de baixo”. A heteronomia nos subjuga por cor da pele, gênero, riquezas e mercado, surgindo hierarquias que reproduzem as mais perversas desigualdades.

Segundo Quijano (2005), todas essas contradições advêm do processo de colonização da América. Em outras palavras, a colonização criou a ideia de raça e estabeleceu uma hierarquia racial e de gênero. Isto é, o homem (heterossexual, branco e europeu) é visto como superior à mulher, ao indígena, o negro etc. A natureza é mantida refém de uma ontologia dualista (separação do humano e não-humano, natureza e cultura) que a enxerga como recurso natural para concentração de riquezas por parte de uma minoria, sendo o Mercado a mão que decide sobre quais espaços o capital irá parasitar com o apoio ou “omissão” do Estado. Em contraposição, encontramos vários movimentos sociais como o Movimento Sem-Terra, camponeses, indígenas, quilombolas e entre outros que são a sociedade instituinte e vem ganhando força desde o final do século XX. Tais grupos buscam a superação da heteronomia instituída na sociedade, a fim de conquistar ganhos de autonomia onde as relações são mais horizontais e abolindo a subordinação a grupos dominantes.

A democracia tem um papel fundamental para o nosso entendimento quanto ao projeto de sociedade autônoma. Democracia vem da junção de duas palavras do grego: *demos* (povo) e *kratos* (poder). O indivíduo faz parte do povo e exerce esse poder de

maneira plena através de uma democracia direta. Para Castoriadis (1996, p.264), “uma definição de democracia tão boa quanto qualquer outra é: o regime em que a esfera pública torna-se verdadeiramente e efetivamente – pertencente a todos e efetivamente aberta à participação de todos”.

Em suma, é pela democracia que uma sociedade autônoma exerce o poder autônomo, ou seja, o exercício da atividade política dos indivíduos coletivamente em sua autogestão/autoplanejamento do espaço. A finalidade de uma sociedade autônoma é tornar o mais possível os indivíduos a ela pertencentes, livres, com acesso à educação de qualidade, participação direta (ágora) na política. Com base nisso, podemos pensar a luta dos povos originários como uma busca pela liberdade individual e coletiva, através da autogestão/autoplanejamento dos seus territórios.

A liberdade numa sociedade autônoma exprime-se por estas duas leis fundamentais: sem a participação igualitária na tomada de decisões não haverá execução; sem participação igualitária no estabelecimento da lei, não haverá lei. Uma coletividade autônoma tem por divisa e por autodefinição: nós somos aqueles cuja lei é dar a nós mesmos as nossas próprias leis (Castoriadis, 1983, p. 22).

Apesar de a autonomia possuir vários sentidos dependendo do grupo que a tem como categoria da prática, e por mais contraditório que o sentido pareça, podemos destacar dois modelos presentes: a autonomia buscada por alguns povos originários com o intuito de aprofundar a autodeterminação com a chancela do Estado (exercendo direitos previstos na Constituição Federal), além da demarcação e homologação de suas terras; e movimentos na América Latina onde a autonomia é pensada fora e contra o Estado, como é o caso do movimento Zapatista no sul do México.

Nossos esforços em conceituar autonomia trazem à tona o entendimento de Cornelius Castoriadis para auxiliar na compreensão do nosso caso. Não estamos falando do projeto de autonomia como um produto pronto, mas sim com horizonte que manifesta elementos dessa linha de pensamento. Apesar de não ser muito debatida nesse contexto, ela demonstra a materialidade alcançada através dos *ganhos de autonomia* (Souza, 2006).

A busca pela superação de uma heteronomia que os “apaga”, a negação ao direito de existir, o epistemicídio ocasionado por um processo de expansão/invasão do capital através dos cultivos de grãos do agronegócio na região de Santarém, fizeram a TI Munduruku Planalto r-existir e trazer a luta para esfera política com o processo de autodemarcação do território. Agora falaremos sobre o entendimento de “desenvolvimento” que posteriormente nos auxiliará para a compreensão do nosso objeto.

## 2. Desenvolvimento

Os debates sobre o “desenvolvimento” nos mostram que seu significado é bastante diversificado e tamanha expressão nos impacta o imaginário. Com isso, acabamos por ter várias ideias, cosmovisões em relação aos choques causados pelo emprego da palavra e suas repercussões espaciais. No princípio foi utilizado por cientistas da Biologia para simplificar o processo que os organismos passam para atingir o seu potencial, e posteriormente migrou para as Ciências Sociais. No entanto, em 1949, teve grande impacto com o discurso do Presidente dos EUA Truman (Escobar, 2014), o qual utilizou “desenvolvimento” para a classificação daquilo que hoje entendemos por países desenvolvidos (industrializados, capitalistas) e subdesenvolvidos. O objetivo dessa segunda categoria de países seria um dia se tornar a primeira e o mundo passaria a ter um modelo único a ser seguido.

O emprego do “desenvolvimento” fez com que os países ditos desenvolvidos se tornassem um modelo econômico. Esse modelo envolve sua industrialização, urbanização e redes de técnicas; além disso, ele também influencia o imaginário através de um padrão de pensamento, uma visão de mundo e uma cultura a ser seguida, ditada por esses países centrais do capitalismo. Desse modo, as nações passam a enxergar isso como

“moderno” (múltiplas faces da colonialidade), um padrão superior de sociedade. No entanto, isso é ecologicamente inviável para nosso planeta devido ao limite ecológico frente a todo esse consumismo.

Atualmente, a palavra “desenvolvimento” pode significar qualquer coisa, desde a construção de prédios a trilhos de trens para o escoamento de minérios. Entretanto o conceito carece de sentido mais profundo. Segundo Souza (2006) o desenvolvimento econômico absorveu o seu adjetivo, ou seja, o desenvolvimento econômico nos faz imaginar algo além da acumulação do capital como melhores condições de vida, modernização tecnológica, avanços na educação, entre outros.

Os diversos discursos sobre o sentido de “desenvolvimento” são empregados na Amazônia para a justificar a implementação de grandes projetos sócio-espaciais. Esses projetos são carregados de promessas aos moradores locais como melhores condições de vida, o que, via de regra, não ocorre. O caso da construção da Usina Hidrelétrica Curuá-uma, em Santarém-PA na década de 1970 é um exemplo pois só veio a fornecer energia às comunidades já existentes ao seu redor por volta de 2015, até então comunidades invisibilizadas.

Outro fator importante é como esses discursos criam uma cortina de fumaça para “apagar” os povos que vivem nesses espaços. Vale destacar os povos indígenas que passam por diversos processos para a homologação de seus territórios em meio às inúmeras ameaças como o garimpo ilegal, madeireiras, a omissão por parte do Estado, em uma nítida demonstração de biopoder<sup>1</sup>, ou seja, poder sobre a vida. O resultado são os inúmeros conflitos que atingem os indígenas, quilombolas, camponeses e ribeirinhos.

Embora o “desenvolvimento” seja um termo polissêmico, carregado de várias alterações como ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento ou até mesmo desenvolvimento sustentável, não será o nosso foco aqui debater sobre essas correntes. Entendemos que os países ditos desenvolvidos apresentam um modelo insustentável que avança

---

<sup>1</sup> Ver Michel Foucault – Nascimento da Biopolítica, curso dado no Collège de France (1978-1979).

um sistema que Bauman (2009) chama de capitalismo parasitário, caracterizado por se sustentar parasitando em espaços que ainda não aderiram aos moldes do capital.

Esse modelo de sociedade capitalista reduz a natureza em recurso e perpetua suas contradições como segregação, racismo, xenofobia e desigualdades em vários níveis. Ressaltamos que este padrão que os países subdesenvolvidos tentam incorporar, como é o caso do Brasil, só reflete as mais perversas aflições (epistemicídio) aos povos existentes na Amazônia. Primeiro devemos nos perguntar: esse “desenvolvimento” é para quem? Trata-se de um questionamento que quase não é feito pela nossa sociedade na implantação dos grandes projetos sócio-espaciais.

Traremos para o debate (em nosso estudo de caso) o conceito de “desenvolvimento” trabalhado por Marcelo Lopes de Souza ligado ao pensamento sobre autonomia de Castoriadis, sendo esse um filtro para enxergarmos a materialização do conceito de desenvolvimento sócio-espacial nos diversos contextos geográficos. Para Souza (2006), “o desenvolvimento é uma transformação social para melhor, propiciadora de melhor qualidade de vida sobre a base da autonomia individual e coletiva, e maior justiça social”, ou seja, seria um horizonte não propriamente palpável, pronto. Diferente dos discursos dos países desenvolvidos, não existe uma sociedade modelo, o que se entender aqui é um caminho de maiores conquistas no sentido de ganhos de autonomia.

A autonomia e o desenvolvimento sócio-espacial caminham juntos, sendo presentes em algumas lutas dos povos originários que buscam autonomia para gerir e planejar seus territórios como um mecanismo de defesa da própria existência. Entendemos que o conceito de “desenvolvimento” caminha a passos curtos em direção aos ganhos políticos, pois em nosso caso trata-se de grupos que são menosprezados pelo capital, ignorados e combatidos pelo Estado.

Os diversos incentivos à expansão/invasão da monocultura e do garimpo ilegal tem aflorado essa dimensão do conflito, sendo traduzido muitas vezes em lutas armadas. Portanto, os ganhos de autonomia aparecem como frações da liberdade, ou seja, direitos (políticos) que são conquistas da re-existência a esse processo.

Enquanto existir uma sociedade heterônoma a reprodução da espacialidade seguirá esse padrão. Em contrapartida, teremos vários grupos atingidos lutando pela sua liberdade. No oeste do Pará as organizações indígenas localizadas em Santarém como o Conselho Indígena do Planalto (Munduruku e Apiaká), a Associação Indígena Borari de Alter do Chão (AIBAC) entre outros, lutam contra essa lógica de desrespeito à cultura e aos diversos modos de apropriação desses espaços.

Com base na autonomia e no “desenvolvimento”, iremos agora nos debruçar sobre o processo de autodemarcação da TI Munduruku Planalto, sua maneira de organizar o território e quais os *ganhos de autonomia* conquistados nesse processo.

### 3. O território

“O território para nós é de grande importância, é dele que tiramos nossa subsistência”. Cacique M da Aldeia Ipaupixuna.

205

Para a Geografia, o território remete ao poder, não o limitando ao Estado, mas perpassando as relações de poder no qual os grupos sociais se apropriam de determinado espaço. Como Haesbaert (2007, p. 20) explica, “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional poder político”. Ele diz respeito ao poder no sentido mais concreto (dominação) e simbólico (apropriação).

O sentido de dominação é entendido como recurso, e podemos partir de dois exemplos. Primeiro, o capital que sonda esses espaços para o acúmulo de riquezas, seja por grandes projetos sócio-espaciais como hidrelétricas, portos, a monocultura (milho, soja etc.). Segundo, os povos originários que utilizam esses espaços para a sua subsistência, como a agricultura familiar, caça e pesca. A apropriação, em síntese, refere-se ao território dentro de uma perspectiva onde a relação que o sujeito tem com o espaço está ligado ao valor simbólico, ou seja, às experiências vividas dentro desse espaço como uma

relação de identificação (“aqui é o meu lar”), manifestadas no espaço através das suas significações imaginárias.

Ambos os sentidos nessa pesquisa se acham imbricados um com o outro. Quando assistimos ao telejornal, a vídeos nas redes sociais (*Facebook, Instagram, Twitter*) ou lemos uma revista sobre os conflitos entre povos originários x grandes projetos sócio-espaciais, temos que considerar a luta para muito além do acesso à terra. O território carrega consigo uma dimensão de significações imaginárias, sejam imateriais como a cultura e a religião, ou materiais como a construção de escolas (com matérias que trabalham a educação indígena), criação de espaços para reuniões da aldeia etc.

Esse imaginário é manifestado na dimensão do conflito e da política também. Com base nisso, enxergamos a r-existência dos Munduruku através da tentativa de planejamento e gestão de seu território para o enfrentamento do modelo agrário predominante em nosso país, que nas últimas décadas se instalou em Santarém repercutindo em diversos conflitos. Vai ao encontro daquilo que Cruz (2017) chama de sentidos de território, onde diferentes agentes competem para territorializar o espaço. Buscando uma melhor visão, falaremos a seguir sobre o território, quem são os Munduruku e como se deu o processo de autodemarcação da Terra Indígena.

### 3.1 Quem são os Munduruku da Terra Indígena Munduruku Planalto?

Nós vivemos numa terra indígena, de índio mesmo, todos nós somos indígenas. A primeira família que era um senhor conhecido como João Grande e o outro, Benilsimo, e depois veio outra família, que foi nossa raiz, que era Munduruku. Eles eram uma mistura de Munduruku e Apiaká. [...] Esse Apiaká eu conheci ele com vida. Mas os outros parentes dele eram Munduruku. No caso nós tivemos a raiz, que hoje nós somos reconhecidos como Munduruku através deles. Eles que vieram pra cá e se criaram aqui, formaram as famílias deles aqui. Hoje nós lutemos por isso e para nosso reconhecimento, para sermos Munduruku também, para nós termos aquela raiz completa que eles tinham. Mas eles nasceram fora daqui. Eles chegaram aqui criança com os pais deles, mas eles diziam que os pais, os avós deles, os bisavós tudo eram índio Munduruku. Que eles vieram para cá como criança e daí eles ficaram vivendo aqui todo esse



tempo. E até hoje nós ainda temos o sangue deles por aqui”. (Raimundo Nonato do Lago, Oficina de Mapas, Aldeia São Francisco da Cavada, em 25/08/2012).

A TI Munduruku Planalto está localizada no município de Santarém entre a rodovia PA-370 e o lago do Maicá, a aproximadamente 42 Km da área urbana de Santarém, sendo constituída por quatro aldeias: Açaizal, Amparador, São Francisco da Cavada e Ipaupixuna (as duas últimas com acesso direto ao referido lago). Com base em alguns dados obtidos em 2015/2016 pela Comissão Pastoral da Terra, pelo grupo de pesquisa Núcleo Baixo Amazonas, entre outros, vamos caracterizar quem são os Munduruku do Planalto Santareno. A TI possui ao menos 205 famílias sendo elas distribuídas conforme a

**Tabela 1:**

**Tabela 1** – População das Aldeias da TI Munduruku Planalto.

Aldeias	Número de Famílias
Açaizal	60
Amparador	22
São Francisco da Cavada	55
Ipaupixuna	68

207

Fonte: CPT (2016). Elaboração própria, 2021

Os Munduruku utilizam o território de várias maneiras para a sua subsistência, e uma delas é a agricultura. A plantação de mandioca e a produção da farinha é uma prática muito comum entre quase todas as famílias (**Fotografia 1**), complementando com o cultivo de arroz e feijão. Quase não há excedente, ocorrendo usualmente um sistema de troca de alimentos.

Outras atividades também possuem grande destaque como a plantação e colheita da pimenta-do-reino a criação de gado em espaço restrito devido à forte presença de fazendas de soja e pecuária nas proximidades do território. Segundo relatos de moradores, alguns indígenas trabalham nas fazendas grandes de gado para obter uma renda

extra; no entanto, boa parte deles possuem em seus quintais a criação de galinha, porco e pato em pequenas quantidades para sua própria subsistência.

**Fotografia 1** – indígenas fazendo farinha.



Fonte: Foto Gilson Rego,<sup>2</sup> 2016.

Uma prática comum também é a pesca, que vem sendo ameaçada. Como duas aldeias têm acesso ao lago do Maicá (**Fotografia 2**), a pesca contribui nessas redes de produção. Os principais peixes são pacu, tucunaré e charutinho, sendo sua maioria comercializados nas próprias aldeias. Outra frente é a caça e o consumo das carnes de cutia, paca e tatu.

O extrativismo é outra uma atividade econômica e cultural muito forte na TI Munduruku Planalto. A extração principal é o açaí que nasce às margens dos igarapés e com o auxílio de famílias e outros moradores para colheita e diversos manejos.

<sup>2</sup> Retirada do livro OCEYPI EKAWEN, CPT 2016.

**Fotografia 2** – Área do lago do Maicá em Santarém – Pará.



Fonte: João Romano, fotógrafo do site Amazônia Latitude<sup>3</sup>.

O açaí, muito consumido pela própria comunidade, tem seu excedente comercializado para os atravessadores de Santarém. Além disso, o açaí tem um valor enorme nos sentidos econômico e cultural. Na aldeia de Ipaupixuna ocorre a festa do Açaí, onde seus moradores apresentam as danças, a culinária, as lendas e o artesanato enfatizando a importância do fruto para a comunidade.

209

### 3.2 Aldeia Açaizal

Como já mencionado na introdução, nosso foco será na aldeia Açaizal (**Fotografia 3**). Primeiro, gostaríamos de reservar esse tópico para falarmos um pouco sobre nossas impressões do trabalho de campo, em dezembro de 2019, nas aldeias Ipaupixuna e Açaizal, feito no âmbito de uma disciplina do curso de Licenciatura em Geografia. Posteriormente, em fevereiro de 2020 realizamos um segundo trabalho de campo, este apenas em Açaizal, mas com parte da equipe do Núcleo de Pesquisas sobre Espaço, Política e Emancipação Social, o Professor Dr. Rafael Zilio e meu parceiro de pesquisa Randerson Junior.

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://amazonialatitude.com/2019/03/12/projeto-de-porto-da-embraps-ameaca-meio-ambiente-e-povos-tradicionais-do-lago-do-maica/>>. Acesso em 21/05/2022

Ambas entrevistas foram realizadas com perguntas semiestruturadas e não estruturadas (roda de conversa com a turma), com uma abordagem qualitativa.

**Fotografia 3** – Placa de identificação da aldeia de Açaizal (TI Munduruku Planalto).



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2021. Por Randerson Junior.

A aldeia Açaizal foi escolhida por nós, por ser onde mais se evidencia o impacto do agronegócio, inclusive com a residência de um sojicultor no território, o que demonstra como a aldeia está a passos largos “perdendo espaço”. Os diversos impactos promovidos pela expansão da soja não atingem somente os moradores de Açaizal, mas toda a TI Munduruku Planalto. Somado a isso, outros empreendimentos também os ameaçam, sendo o mais recente a construção do “Porto do Maicá” que afetará a pesca.

No primeiro trabalho de campo, realizado em dezembro de 2019, saímos da área urbana de Santarém em sentido a TI Munduruku do Planalto via rodovia Santarém-Curuá-Una (PA 370). Chegamos na aldeia de Ipaupixuna em poucas horas e nesse primeiro momento fomos recepcionados pelo cacique e alguns moradores que auxiliam na liderança. Fomos bem recebidos e nos momentos de diálogo ouvimos e sentimos uma pequena fração do que é lutar por um território.

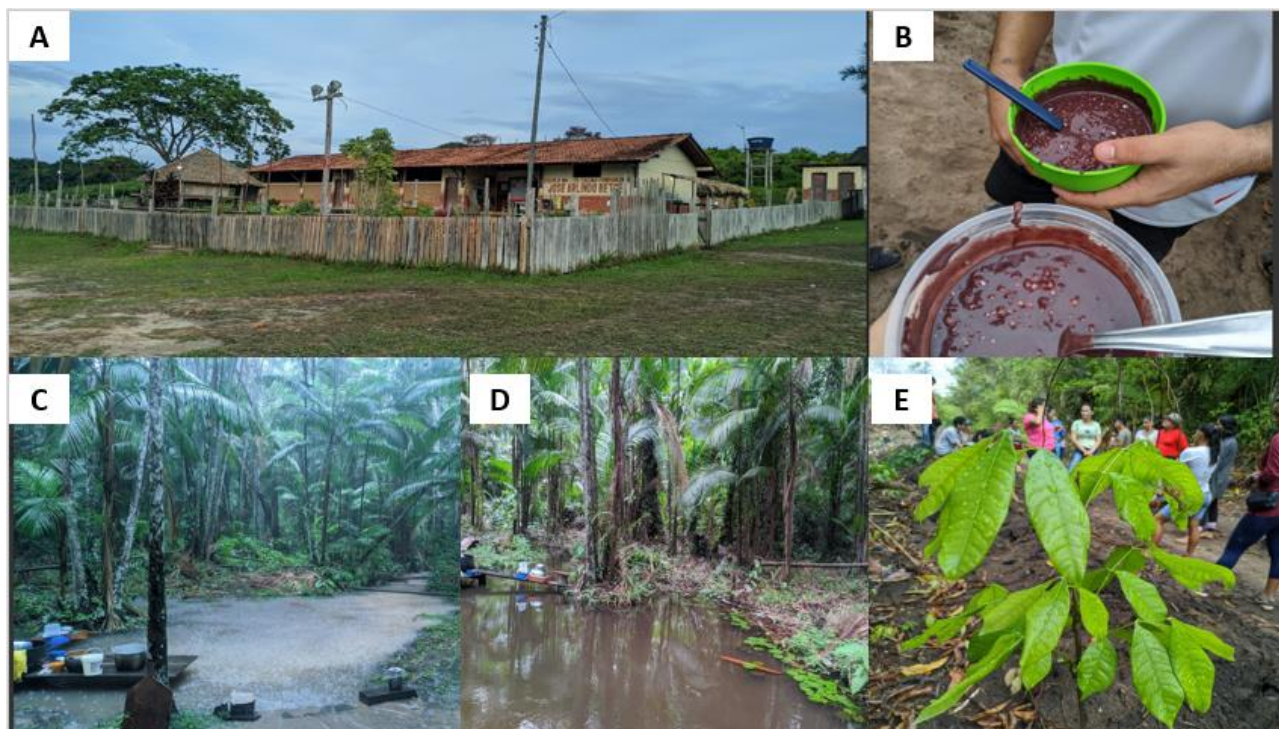
A nossa roda de conversa se pautou por entender quem são os Munduruku do Planalto. O principal questionamento foi sobre como se deu o processo de autodemarcação. Acreditamos que essa pergunta abre caminho para compreender todo o processo de reconhecimento e re-existência desses indígenas no território que há décadas vem sendo ameaçado.

Olha, o primeiro passo da autodemarcação do território, é porque todos nós lideranças já sabia onde era nossos limites, e a gente nas primeiras reuniões que a gente decidiu e achava que a gente tinha capacidade e a possibilidade de fazer essa autodemarcação, de fato porque nós somos conhecedores de nossos limites, e aí a gente começou a reunir e discutir e conseguir uma forma, e a melhor forma que a gente encontrou foi a autodemarcação do território [...]. (Cacique de Ipaupixuna, 2019).

Fomos impactados pelo conhecimento que nos foi apresentado. Pela primeira vez pude entender como a violência epistêmica é muito presente em Santarém e arredores. Acredito que os colegas de turma tiveram a mesma sensação pois trata-se de um sentimento confuso. É um desconforto com a injustiça e a impotência como se nada pudessemos fazer. Logo após a roda de conversa, andamos pela aldeia Ipaupixuna, que não faz divisa com a soja, porém a eminente construção do “Porto do Maicá” poderá impactar a pesca da comunidade.

O **Mosaico de Fotos 1** ressalta: A) A escola da aldeia de Ipaupixuna, ponto inicial do campo; B) O vinho de açaí natural extraído da própria aldeia; C) O igarapé de Ipaupixuna, local escolhido para saborearmos os peixes no almoço; D) Igarapé de Ipaupixuna e a preservação dos açaizeiros e; E) Os momentos de diálogos durante o campo, com a turma, lideranças e professores, por diversos lugares na aldeia. Não registramos fotografias da liderança devido a inúmeras ameaças que os moradores vêm recebendo ao longo dos anos.



**Mosaico de Fotos 1** – Trabalho de campo na Aldeia Ipaupixuna.

Fonte: Trabalho de campo em dezembro/ 2019. Elaborado pelo autor.

212

Ao final da tarde partimos rumo a Açaizal. Fomos muito bem recebidos, jantamos, descansamos e ficamos alojados na escola, que é também o centro comunitário dos indígenas. Logo pela manhã, tivemos um café da manhã muito produtivo, contamos também com a presença do Cacique de Açaizal e alguns professores. Durante esse momento, eles nos explicaram como se dá o ensino nas aldeias: além das matérias comuns da grade curricular, aos estudantes também são ofertadas disciplinas que abordam a história do território Munduruku Planalto, suas lideranças, lendas e costumes.

Prosseguimos com a roda de conversa. Discutimos algumas pautas sobre como eles utilizam o território para subsistência, o processo de autodemarcação e as ameaças relacionadas ao conflito entre os Munduruku e o agronegócio. Como tínhamos um pouco de noção sobre o quão próximo estava a Aldeia Açaizal em relação às fazendas de soja (**Mosaico de Fotos 2**), ficamos ansiosos para conhecer os diversos pontos de tensão.

**Mosaico de fotos 2 – “Deserto” seco da soja na aldeia Açaizal.**

Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2021.

Registro: Randerson Junior. Organização própria, 2023.

Não foi preciso ir longe para identificar o contraste existente ali. Quando estávamos no campo de futebol comunitário, em meio à roda de perguntas, algo que chamou bastante minha atenção foi uma parte da resposta do cacique. Esse fato me fez refletir e escrever este artigo sobre o “palavrão” conhecido como desenvolvimento.

A gente queria deixar bem claro aqui, nós não somos contra o desenvolvimento, agora nós temos que ver o que é melhor pra nós né, o que de fato é esse desenvolvimento pra nós também, então a gente defende a forma como a gente acha o desenvolvimento é pra nós, eles também defendem a deles (os Sojeiros), mas nós achamos que pra nós desenvolvimento é a gente continuar vivendo em nosso território, produzindo de forma, buscando uma forma de produzir também sustentável, não só pra nós mas pra que também possamos exportar, então aí é importante a universidade (Cacique da aldeia Açaizal, trabalho de campo 2019).



Um registro muito importante foi o da casa do fazendeiro localizada dentro da Aldeia Açaizal (**Fotografia 4**). Ficamos receosos pois éramos muitos e nosso meio de transporte possuía a identificação da Universidade, o que despertou um pouco da atenção dos trabalhadores dessa fazenda. Recebemos a orientação de não tirar fotos das pessoas da casa.

Após a caminhada pela aldeia, conhecendo vários pontos de tensão, retornamos à área comunitária à tarde. Lá, houve um breve diálogo de agradecimento pela recepção e a oportunidade de nos dar informações e mostrar os diversos lugares existentes na aldeia, incluindo as plantações e pequenas criações de animais. Aproveitamos e conversamos em particular com o Cacique sobre o nosso interesse através do NEPES em realizar uma pesquisa, e fomos correspondidos. Após os agradecimentos, nos despedimos e retornamos à cidade. Esses dois dias foram impactantes para mim tendo sido decisivos para a realização da pesquisa que originou o presente artigo.

**Fotografia 4** – Casa do Fazendeiro na Aldeia Açaizal.



Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2021.



O segundo trabalho de campo ocorreu no dia 21 de fevereiro de 2020, alguns dias antes do primeiro caso confirmado da Covid-19 no Brasil (26/02/2020), desta vez nos limitando à aldeia Açaizal. Dias antes, entramos em contato com o Cacique de Açaizal, falamos sobre nosso interesse em realizar uma pesquisa, como já havíamos tido o primeiro contato no campo anterior, ele já estava ciente de quem éramos. Neste dia 21 de fevereiro estava prevista uma reunião extraordinária no espaço comunitário que envolveria todos os líderes da aldeia e os moradores; desse modo, recebemos o convite para participar e apresentar nossa proposta de pesquisa.

Chegamos cedo ao espaço comunitário, ficamos conversando com cacique que já estava no local enquanto os moradores chegavam. Quando iniciou a reunião, fomos apresentados a todos e, em seguida, falamos de nosso projeto de pesquisa, sendo aprovado por unanimidade. Nossa proposta consistia em entender como se deu processo de autodemarcação do território, se existia alguma sobreposição do TI com os quilombos vizinhos e, sobretudo, quais os impactos causados pelo agronegócio para o território. Após a reunião, decidimos voltar para a cidade, porém, aproveitamos para fazer alguns registros.

O registro desse campo de futebol é bem impactante. A **Fotografia 5** demonstra como a soja está se sobrepondo a um espaço muito utilizado pelos moradores da aldeia. Além disso, houve muitas ameaças por causa desse espaço de lazer, o que levou os indígenas a fazerem um abaixo-assinado para impedir que os fazendeiros acabassem com ele. No entanto, as ameaças só aumentaram.

Então esse campo ele também já foi ameaçado a se acabar onde a gente ainda tem o nosso esporte de lazer dia de domingo, porque igarapé nós não temos mais, praia nós não temos aqui, então espaço que o jovem tem pra fazer esporte, um adulto tem pra espiar um jogo, então isso aqui também já foi ameaçado (Morador da aldeia Açaizal, 2019).

**Fotografia 5** – Campo de Futebol versus Agronegócio.

Fonte: Trabalho de campo (2020).

216

Esses dois trabalhos de campo foram ricos em informações, sendo uma experiência única que nos motiva a contribuir com a luta pela autonomia através das nossas pesquisas. As entrevistas foram gravadas, com a permissão da liderança, e registramos com fotografias a reunião para preservar a integridade de todos ali presentes.

### 3.3 Autodemarcação: a autonomia ganha força

Como já mencionamos, diversos grupos na América Latina lutam pela autonomia, na maioria dos casos, é um processo de resistir para existir (r-existência), e em nosso estudo de caso não é diferente. O processo de organização que resultou na autodemarcação do TI Munduruku Planalto teve início no ano 2009, e somente em 2015 foi concluído, quando os indígenas das quatro aldeias ao perceberem os diversos perigos da negligência da FUNAI autodemarcaram seu território *apesar* do Estado (Souza, 2017).

Com base nos dados obtidos pelo Ministério Público Federal (MPF), os Munduruku reivindicaram a autodemarcação do seu território de maneira formal, em 2008. Contudo, as várias reivindicações para que a FUNAI dê início ao processo administrativo de demarcação não foram bem-sucedidas. Somente em 2014 houve uma resposta, na qual a FUNAI alegou que o caso estava registrado com mais 349 de diversos povos indígenas espalhados pelo país.

Em 2015, os indígenas autodemarcaram o seu território, manifestando alguns ganhos de autonomia, sendo uma forma de intensificar a luta e, desta maneira, pressionar o órgão indigenista a iniciar o processo. Para uma melhor compreensão sobre como atualmente está a TI Munduruku Planalto em relação ao processo administrativo de demarcação pela FUNAI, elaboramos o **Quadro 1** que ilustra as etapas necessárias para o reconhecimento das Terras Indígenas pelo Estado.

**Quadro 1** – Fases do Processo de Homologação de Terras Indígenas pela FUNAI.

217

FASE	PROCEDIMENTOS
1. Estudos de identificação	A Funai nomeia um antropólogo para elaborar estudo antropológico e coordenar os trabalhos do grupo técnico especializado que fará a identificação da TI em questão.
2. Aprovação da Funai	O relatório do estudo antropológico deve ser aprovado pela presidência da Funai, que no prazo de 15 dias fará com que ele seja publicado.
3. Contestações	As partes interessadas terão um prazo de até 90 dias após a publicação do relatório para se manifestar.
4. Declaração dos limites	O Ministro da Justiça terá 30 dias para declarar os limites da área e determinar sua demarcação física, ou desaprovar a identificação.
5. Demarcação física	Declarados os limites da área, a Funai promove a demarcação física.
6. Homologação	O procedimento de demarcação deve, por fim, ser submetido à presidência da República para homologação por decreto.
7. Registro	A terra demarcada e homologada será, em até 30 dias após a homologação, registrada no cartório de imóveis da comarca correspondente e na Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Fonte: Terra Indígenas no Brasil.<sup>4</sup> Elaboração própria, 2023.

<sup>4</sup> Como funciona a demarcação?. Terras Indígenas no Brasil, (s/d). Disponível em: < terrasindigenas.org.br>. Acesso 25/05/2022.

O Quadro 1, respectivamente, demonstra as sete etapas para um registro oficial por parte da FUNAI que assegura os direitos previstos na Constituição de 1988, artigos 231 e 232. Em síntese, garante aos indígenas a permanência e o usufruto da terra, rios e lagos nela existente, a reprodução do seu modo de vida, entre outros aspectos. Entretanto, cada fase demora anos para ser finalizada e a TI Munduruku Planalto está desde 2008 aguardando o estudo de identificação.

A área autodemarcada possui algumas sobreposições de territórios com as comunidades quilombolas Murumuru, Murumurutuba e Tiningú. No entanto, a relação entre elas é amistosa e, apesar das reivindicações de cada lado, ambas as partes entendem que enfrentam um adversário em comum, o agronegócio.

Como a TI Munduruku Planalto está em processo de estudos de identificação desde 2008, as glebas estão bloqueadas, mesmo aquelas que não coincidem com o espaço ocupado pelos indígenas. É evidente que esse bloqueio agravou mais os conflitos. Os moradores de Açaizal alegam receber ameaças, ocasionando em restrições ao se deslocar dentro da aldeia ou entre as aldeias da TI. As pessoas que compõem a liderança não podem andar sozinhas, por exemplo. Como vimos nas impressões de campo, as fazendas de soja não estão apenas ao lado do território, mas sim dentro do mesmo.

Apesar da existência desses conflitos geoepistêmicos, a luta pela autodemarcação do território expressa as diversas estratégias para a consolidação da autonomia. Os Munduruku têm resistido através de conselhos como o CITA (Conselho Indígena Tapajós Arapiuns) que tem forte influência na região do Baixo Tapajós, municípios de Santarém, Belterra e Aveiro, representando 52 aldeias. Em 2014 foi criado o Conselho Indígena do Planalto para representar as demandas do território munduruku e o fortalecimento do exercício político, assim unindo forças com os outros povos originários na região. A seguir falaremos como o agronegócio se instalou em Santarém e o discurso desenvolvimentista que está se impondo.

#### 4. Desenvolvimento para o agronegócio

Com a expansão calorosa do mercado da agricultura empresarial no estado de Mato Grosso, na década de 1990, a produção em larga escala da soja tornou-se uma possibilidade de “desenvolvimento” aos estados da região norte do país. De acordo com os dados obtidos pela CPT, em Santarém, a expansão da soja teve início com os incentivos por parte da prefeitura municipal. O prefeito Lira Maia (1996-2004), ligado à bancada ruralista, apresentou a área do Planalto Santareno como vantajosa para a produção de grãos.

A prefeitura utilizou vários documentos da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) que afirmavam ser a área do Planalto Santareno propícia ao cultivo de grãos; além disso, estava ocorrendo a construção do Porto da empresa estadunidense Cargill (1999-2009). Tais eventos foram a base para atrair produtores de soja que estavam em outros estados, principalmente no Rio Grande do Sul e no Paraná.

219

Foram oferecidas as terras que eram ocupadas por povos tradicionais e originários. Esses povos, ao longo dos tempos, construíram suas vidas com base na agricultura familiar, na caça e na pesca. Estes entendem a terra como essencial para a reprodução das significações imaginárias. Essas terras “oferecidas” pelo poder municipal são um dos vetores de destaque para o “desenvolvimento” do agronegócio em Santarém.

Era de conhecimento do poder municipal que a área do Planalto Santareno era ocupada pelos povos tradicionais e originários que não possuíam o título da terra e sim sua posse. Como se não bastasse, essa condição precária documental foi um dos recursos usados para a expansão das fazendas de soja. Quando as diversas comunidades desses espaços notaram essa vulnerabilidade, buscaram a ajuda do Estado.

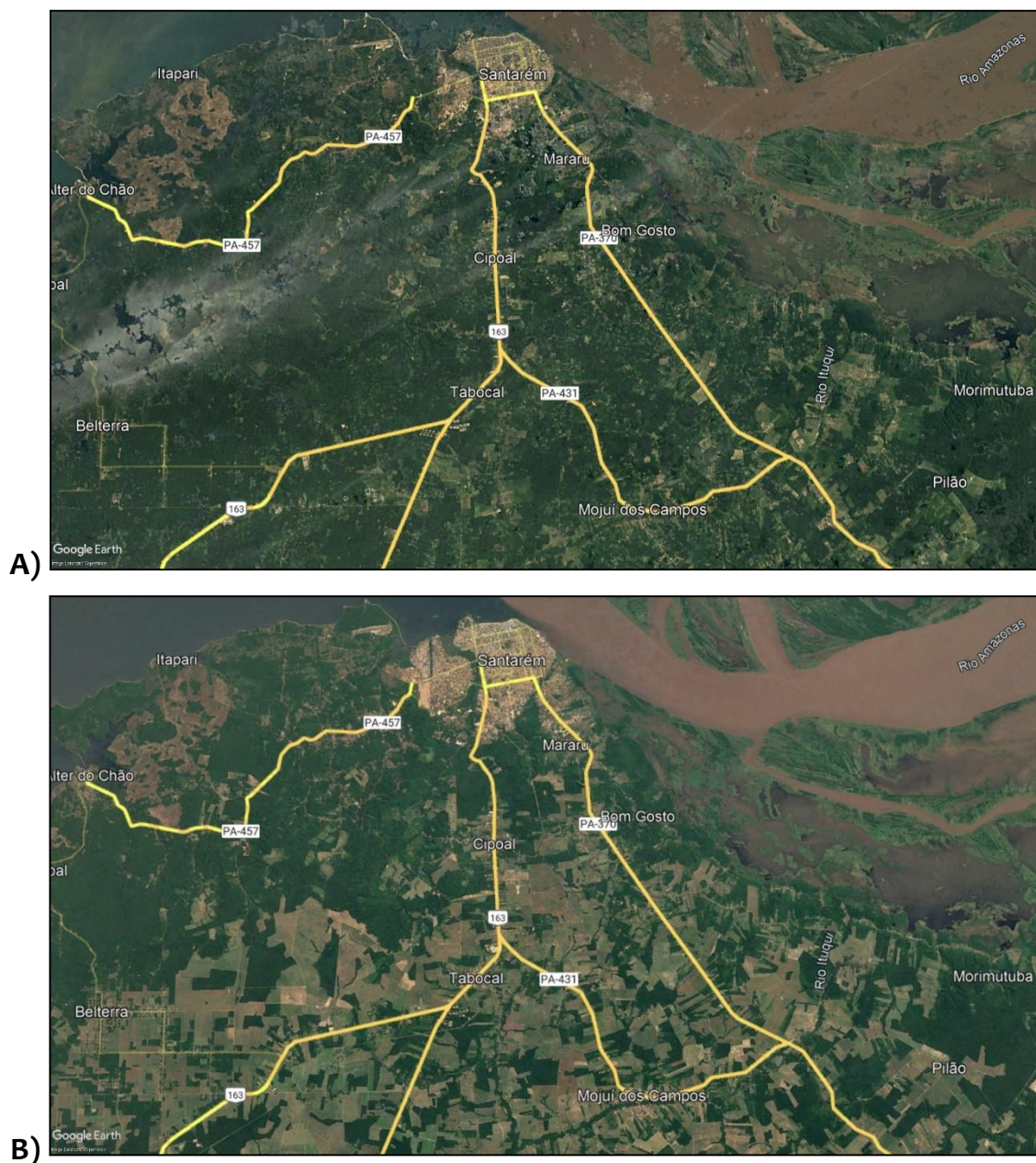
Vale ressaltar que em muitos casos, no contexto dos conflitos geoespaciais, coletivos como camponeses, indígenas, quilombolas e outros se organizam e formam conselhos para atuarem em defesa do território, a exemplo dos Conselhos Indígenas supracitados.

Com a referida precariedade notamos que o “desenvolvimento” se traduz em um processo de expropriação. Diferente dos aspectos do desenvolvimento sócio-espacial, o discurso desenvolvimentista do agronegócio em Santarém é um discurso de “des-envolvimento” (Porto-Gonçalves, 2006), a retirada da autonomia de um povo que possui uma relação com o espaço, e para isso são utilizados diversos recursos legais e ilegais. Esses povos que estão há décadas territorializando os espaços do planalto são obrigados a procurar terras devolutas mais distantes da área urbana ou a se inserirem na lógica empresarial, como podemos observar na **Imagem 1**.

A imagem é uma ilustração criada através do Google Earth que demonstra os impactos do agronegócio ao longo de 30 anos na região do município de Santarém. Com a expansão do monocultivo dos grãos (soja e milho) torna-se mais evidente a ocorrência de diversos conflitos geoepistêmicos, em que a maior parte das famílias atingidas pela expansão da soja sobreviviam da agricultura familiar. Além de produzirem para a comunidade, essas famílias também exportavam para os mercados e feiras existentes na área urbana de Santarém. A vulnerabilidade em relação à documentação das terras se torna mais preocupante a partir da instalação do porto da Cargill. Naquele período, possuir o título da terra não era entendido como uma “necessidade” imediata. Os Munduruku do Planalto, assim como moradores de outros locais, recorreram aos órgãos do Estado com a ameaça representada pelo crescimento das fazendas nas proximidades.



**Imagem 1 – A) 1990, antes do agronegócio na região de Santarém;**  
**B) região em 2020, com o agronegócio.**



Fonte: Google Earth (2023). Elaboração própria, 2023.

Conforme os dados da Comissão Pastoral da Terra, no Planalto Santareno entre 2004 e 2006 houve a expulsão de 500 famílias de suas comunidades. Os moradores relatam que o processo se deu de várias maneiras, sendo a principal a violência física e psico-

lógica. No dia 26 de janeiro de 2018 ocorreu uma reunião na aldeia Açaizal entre os moradores e o Ministério Público Federal (MPF), onde alguns membros do ruralista Sindicato Rural de Santarém (SIRSAN) compareceram. Além das intimidações por parte dos fazendeiros, os mesmos levaram um cinegrafista para filmar a ocasião, o que ocasionou uma enorme tensão no local. A reunião terminou com o representante do SIRSAN atacando os indígenas de maneira racista com frases como “eu reconheço vocês como cidadãos brasileiros, mas indígenas vocês vão ter que me provar!” e “Isso lá é Índio?”.

Nessa grande área do planalto foram oferecidos valores extremamente baixos aos moradores para que vendessem suas residências. Além do fato de estarem cercados pela plantação de soja, já sofriam com a perda de espaços de uso comunitário devido ao monocultivo.

Como mencionamos, com a expansão/invasão da soja e milho sobre os municípios vizinhos, o oeste do Pará tem como ponto de destaque no avanço do agronegócio a construção do Porto da Cargill (**Fotografia 6**). Esse porto está situado na orla de Santarém/PA, especificamente na antiga praia chamada Vera Paz.

222

A construção desse grande projeto espacial impactou de diversas maneiras a vida dos moradores que usufruíam aquele espaço como uma área de lazer, e a pesca para a comercialização na cidade também foi bastante afetada. Vale ressaltar que o porto foi construído em cima de sítio arqueológico que mantinha vestígios de ocupação há pelo menos 12 mil anos<sup>5</sup>.

A função do Porto da Cargill é escoar a maior parte da produção de *commodities* do Centro-Oeste do Brasil tendo como maior consumidor a China, ao mesmo tempo que possibilita e incentiva o escoamento da produção local.

---

<sup>5</sup> Ver mais em: <<https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/814/a-destruicao-causada-pela-cargill-na-regiao-do-tapajos>>.



**Fotografia 6** – Porto da Cargill em Santarém – Pará.

Fonte: Tapajós de Fato e Amazônia Latitude (2022).

Outro ponto mencionado anteriormente em relação ao “Porto do Maicá” nome mais popular usado para se referir ao Porto da EMBRAPPS (A Empresa Brasileira de Portos de Santarém). Esse grande projeto sócio-espacial tem gerado repercussão e será uma das frentes que impactarão não apenas a vida dos moradores da TI Munduruku Planalto, que utilizam a pesca como uma das formas de subsistência, mas também os quilombos próximos e, principalmente, os ribeirinhos que sempre viveram dentro da lógica da pesca no Lago do Maicá. Segundo Zilio (2021, p. 91):

A Empresa Brasileira de Portos de Santarém (EMBRAPS), instituição privada, tem na mira a construção de um porto no Lago do Maicá, próximo do encontro das águas dos rios Amazonas e Tapajós. Por isso tal empreendimento ficou conhecido como “Porto do Maicá”.

A criação do “Porto do Maicá” é mais um grande projeto espacial voltado ao escoamento da soja para atender as demandas do Centro-Oeste e do Pará. Nos leva a enxergar como a luta desses povos tradicionais e originários se intensifica conforme a implementação desses projetos avança.

Nosso intuito é demonstrar que a luta dos Munduruku da TI Munduruku Planalto é comum a todos que moram no Planalto Santareno. O “desenvolvimento” empregado com a criação dos portos e os incentivos do poder municipal não favoreceu a população local, as expropriou e os forçou a integrarem a “nova” lógica do capital local, ou seja, os des-envolveram.

Os Munduruku do Planalto, principalmente na aldeia Açaizal, já tem em seu “quintal” a soja, eles resistem para existir frente a essa dinâmica capitalista, dualista que invisibiliza todos que estão no caminho. Em contraposição a isto, gostaríamos de dialogar sobre o “desenvolvimento”: será que o dito “palavrão” é apenas tido como um sinônimo de expropriação dos mais vulneráveis no âmbito de conflito geoepistêmicos? Buscamos entender o sentido com base na experiência obtida nos trabalhos de campo com os moradores de Açaizal.

## 5. Desenvolvimento para os Mundukuru

A luta do povo Munduruku Planalto é uma forte evidência de busca pela liberdade, sendo ela manifestada em sua autonomia construída conforme combatia os avanços do agronegócio no Planalto Santareno. Lembrando que a condição documental das terras nos anos 2000 era precária aos povos tradicionais e originários, mas isso não implicava necessariamente em problemas. No entanto, com a chegada dos fazendeiros (sojeiros), houve uma maior organização dos indígenas e autoidentificação como originários na esteira da luta pela demarcação formal.

Em nosso entendimento, a ideia de “desenvolvimento” pensada pelos Munduruku dialoga com o conceito apresentado por Souza (2006). Esse conceito refere-se à busca por melhores condições de vida, mais autonomia e a liberdade de buscar a felicidade. Portanto, organizações como o Conselho Indígena do Planalto, o CITA e a CPT têm o papel de adquirir e manter os ganhos de autonomia, enquanto o processo de demarcação da FUNAI ocorre de forma lenta.

O desenvolvimento para os Munduruku é poder viver dentro do seu território, sem se sentir ameaçado, como destaca o Cacique de Açaizal:

Nós achamos que pra nós desenvolvimento é a gente continuar vivendo em nosso território, produzindo de forma, buscando uma forma de produzir também sustentável, não só pra nós mas pra que também possamos exportar, então aí é importante a universidade.

Além de buscar a existência reproduzindo suas significações imaginárias, demonstra-se a importância do território como fonte de subsistência por meio das múltiplas formas de produzir. Essas formas podem ser para o próprio consumo, como arroz, farinha e feijão, ou para exportação, como o açaí, sendo uma maneira de gerar renda extra para os moradores da aldeia.

O que avistamos é o desenvolvimento como manifestação da autonomia. A importância da escola está relacionada, sobretudo, à sua grade curricular, que conta com disciplinas voltadas para o ensino da tradição do povo Munduruku. O uso desse mesmo local como centro comunitário para reuniões também é uma iniciativa fundamental para instruir as próximas gerações.

Ao contrário do “desenvolvimento” concebido pelo agronegócio no município de Santarém, que é voltado para um acúmulo de capital, expropriando/invisibilizando os sujeitos/povos organizados nos diversos espaços do município para a exportação da soja do Centro-Oeste brasileiro, os Munduruku pensam em se desenvolver dentro do seu território, focados em sua qualidade de vida. Essa qualidade de vida engloba o trabalho, como os plantios, a caça e a pesca, e o lazer (jogar futebol e tomar banho nos igarapés).

Além do mais, eles realizam encontros para melhorar suas condições de vida e manter suas tradições como a festa do açaí. Portanto, a luta dos Munduruku não é apenas para resistir, mas também para continuar existindo e se relacionando com a natureza, perpetuando assim suas significações imaginárias.

## Considerações finais

A autodemarcação da TI Munduruku Planalto é uma maneira de r-existência, ou seja, resistindo para existir. É um processo de *ganhos de autonomia* que consolidou ao longo dos anos uma organização pelas quatro aldeias, e juntamente com outras organizações como o CITA buscam representar os povos indígenas no oeste do Pará lutando contra o processo de expansão/invasão do capital.

Foi possível observar que muitos incentivos realizados pelo poder municipal estão relacionados à influência que o porto da Cargill tem para estimular a produção e exportação da monocultura de grãos (soja e milho) em Santarém apesar dos impactos causados por tais medidas atingirem as terras dos povos tradicionais e originários que vivem no Planalto Santareno. Os Munduruku do Planalto se organizam politicamente, contando com o auxílio de instituições externas, como o Ministério Público Federal e a Universidade, para enfrentar os diversos conflitos geoepestêmicos em meio às lentas medidas da FUNAI. Embora exista a intensificação desses conflitos, a luta pela demarcação do território ganha força à medida que os Munduruku passam a se mobilizar junto com outros povos.

Em vista disso, as instituições sociais são de suma importância nos ganhos de autonomia. A ato de educar as próximas gerações com o ensino da tradição e o modo de vida Munduruku contribui para a perpetuação desse imaginário indígena. Além disso, o território é tido como fundamental para subsistência, e é nele que se reproduzem e fazem sentido as significações imaginárias dos Munduruku do Planalto Santareno.

O “desenvolvimento” concebido pelo agronegócio é um modelo que des-envolve os povos que vivem no Planalto, os invisibilizando e ameaçando, sendo inúmeras as pressões, ou melhor, manifestações de violência epistêmica. No entanto, chegamos ao entendimento de que o desenvolvimento, de acordo com os moradores de Açaizal, possui um diálogo com o sentido que Souza (2006) expressa. Esse diálogo seria “uma busca por melhor qualidade de vida com ganhos de autonomia”, o que se torna um fator motivador para a causa da luta na TI Munduruku Planalto.

Em breve poderíamos investigar a dimensão econômica desse processo de expansão/invasão, o qual gera recursos ao poder municipal. Isso ocorre diante do processo de expropriação desses povos, afinal, quanto “vale” as vidas dos povos originários e tradicionais? Por uma Geografia da R-existência.

## Agradecimentos

227

Este artigo é um dos frutos das pesquisas realizadas pelo Núcleo de Pesquisas sobre Espaço, Política e Emancipação Social (NEPES), Geografia-UFOPA. Meus agradecimentos ao coordenador, Prof. Dr. Rafael Zilio, e ao meu parceiro de pesquisa, Randerson Junior. Agradeço em especial aos indígenas da TI Munduruku Planalto pela confiança e disposição em nos receber dentro e fora do território.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**. Zahar: Rio de Janeiro, 2009.

CASTORIADIS, Cornelius. A democracia como procedimento e como regime. In: **As encruzilhadas do labirinto IV – A ascensão da insignificância**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002 (1996). p. 255-279.

- CASTORIADIS, Cornelius. Poder, política, autonomia. In: **As encruzilhadas do labirinto III – O mundo fragmentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 (1990). p. 121-149.
- CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou barbárie**: o conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005a. p. 80-88.
- CRUZ, Valter do C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: Cruz, Valter do C. e Oliveira, Denílson Araújo de (orgs.). **Geografia e Giro Descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 15-36.
- ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la Tierra**: Nuevas Lecturas sobre Desarrollo, Territorio y Diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978/1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- HAESBAERT, Rogério. **Territorio e multiterritorialidade**: Um Debate. Revista GEOgraphia, Rio de Janeiro, Ano IX, n.17, p.19-45, 2007.
- HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, 2021.
- JUNIOR, Randerson Sousa Monteiro. **A autodemarcação do território Munduruku planalto como r-existência à lógica neocolonial do agronegócio em Santarém-PA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia). Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2022.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ação civil pública** nº 1.23.002.000393/2014-95;1.23.002.000432/200482;1.23.002.000116/201300(Apenso:1.23.002.000568/201383),2018. Disponível em: <<https://fdocumentos.tips/document/10-oficio-mpf-desantaremcoletivamente-em-torno-das-comunidades-que.html>> Acesso em 29/01/2022.



- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- QUIJANO, Aníbal. A colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- RÊGO, Gilson de Jesus; VIEIRA, Judith Costa; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho (Org.). **Oceypi Ekawen: história da nossa terra**. Santarém: Comissão Pastoral da Terra/Santarém, 2016.
- SILVA, Larissa de Sousa. **A luta pelo território Munduruku: Emergência étnica e territorialidades (re)construídas na aldeia Açaizal – Santarém/PA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia). Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2021.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. **O fim das descobertas imperiais**. Fórum Social Mundial – Biblioteca das Alternativas. Notícias do Milênio. Edição especial do Diário de Notícias de 8 de julho de 1999.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Por uma Geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em Geografia. **GEOgraphia**, v. 4, nº 7, pp. 64-68, 2009.
- ZILIO, Rafael. A fronteira abissal no Oeste do Pará: Conflitos geoepistêmicos frente à implantação de grandes projetos espaciais. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 3, pp. 83-103, 2021.

**Lucas Filipe Echer Araujo** é mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados/MS (UFGD). **E-mail:** lucas.echer3@gmail.com

Artigo enviado em 08/09/2023 e aprovado em 06/11/2023.